



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

PARECER JURÍDICO LCR – 053/2021

EMENTA: Projeto de Lei nº 1.133/2021, que Autoriza ao Executivo Municipal a fazer Doação de Valores à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Primavera do Leste e dá outras providências.

Instado a me manifestar, nos termos do art. 226, do RICM, sobre a viabilidade de tramitação do **Projeto de Lei nº 1.133/2021, que Autoriza ao Executivo Municipal a fazer Doação de Valores à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Primavera do Leste**, passo a opinar com as seguintes considerações:

O presente Projeto, de iniciativa do Executivo Municipal, visa buscar autorização legislativa para realizar a doação do valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) à **APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Primavera do Leste**, destinado à construção de sua nova sede da Associação.

Prevê, ainda, o prazo máximo de 02 (dois) anos para a prestação de contas do valor recebido.

Já, de início, se aprovada a presente doação, há que ser feita a correção do donatário, eis que o nome da Associação está grafado de maneira errada, tanto na Minuta, quanto no artigo 1º. A grafia correta, que deverá constar da futura Lei, caso seja aprovado, deve ser ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PRIMAVERA DO LESTE, como consta oficialmente no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme vê pela cópia que ora junto.



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Em sua Justificativa, encartada às fls. 04, o Autor aduz as razões de sua proposição, assim enfatizando que:

“...A Apae de Primavera do Leste é uma associação civil, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, atuando há mais de 30 (trinta) anos, sempre contribuindo em ações, para um melhor desenvolvimento do município...” (sic)

No caso presente, em que pese a atitude altruísta do Município, necessário se faz observar alguns critérios, no intuito de conferir ao ato de doação a sua legalidade.

Assim, é entendimento deste Parecerista de que o Município deva adotar a celebração de algum documento, à sua escolha, qual seja, Convênio, Termo de Doação, ou documento equivalente, com o fito de formalizar a doação proposta.

É bem verdade que a Instituição já detém Convênio com o Município, que prevê repasse financeiro mensal. Contudo, a finalidade daquele convênio é específico, o que não se confunde com o repasse que se pretende agora efetivar.

Desta forma, é imperiosa a celebração de novo instrumento legal, que justifique a presente doação.

Importante salientar que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000, em seu artigo 62, inciso II, evidencia a obrigatoriedade de formalização da doação, através de documento apropriado, conforme se vê:

Art. 62. Os Municípios só contribuirão para o custeio de despesas de competência de outros entes da Fe-



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

deração se houver: (grifei)

(...)

II - convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação. (grifei)

Note-se que a Lei usa a expressão “só contribuirão...”, o que denota, sem sombra de dúvida, obrigação de celebrar algum tipo de documento equivalente.

Frisa-se, por oportuno, que se a Lei prevê a tomada dessa providência legal para a efetivação de doações a **outros entes da Federação**. Desta forma, creio que o mesmo cuidado e procedimento deva ser adotado quando da doação para entidades particulares, mesmo de cunho eminentemente social, como é o caso.

Neste sentido, importante colacionar o Parecer nº 058/2013, exarado pelo TCE – Tribunal de Contas deste Estado, em Consulta Técnica realizada pelo próprio Município de Primavera do Leste, através do Processo nº 13.655-7/2013, numa situação similar, que assim se manifestou:

“... 2.2. Qual seria o instrumento legal cabível para concretizar a cooperação entre entes federados?”

Neste quesito, o consulente indaga sobre qual seria o instrumento legal cabível para materializar a cooperação mútua discutida no item precedente.

Não obstante o enfrentamento ao tema, observa-se que, a priori, trata-se de uma questão inserta na esfera discricionária do gestor, e, desta forma, não caberia ao Tribunal de Contas fixar uma determinação



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

neste sentido, independentemente de ser sua a competência para verificação posterior quanto à legalidade do ato.

Todavia, como se está a falar de transferências voluntárias de municípios para outros entes federados, a título de cooperação mútua, para auxiliá-los financeiramente no custeio de um serviço público de interesse comum (segurança pública), a resposta à questão é dada pela LRF, conforme seu art. 62, literis:

Art. 62. Os Municípios só contribuirão para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação se houver:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual;

II - convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação. (grifou-se)

Desta forma, a própria legislação do município transferidor dos recursos é que deverá definir o tipo de instrumento a ser utilizado para materializar a cooperação mútua, podendo ser: convênio, acordo, ajuste, termo de cooperação, pacto de colaboração ou outro instrumento congênere (inciso II do art. 62 da LRF).

Neste sentido, observa-se que o nome dado ao instrumento é irrelevante, tratando-se de mera questão semântica. O que é importante, seja qual for o nome do instrumento utilizado, é que represente um pacto com objetivos claros de cooperação mútua para atendimento de um interesse local comum."



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Assim, por analogia, resta clara e necessária a celebração de documento, a critério da Administração Municipal, que formalize a doação.

Diante do exposto, recomendo que, se aprovado o presente Projeto de Lei, ao efetivar a doação, seja celebrado, entre o Município de Primavera do Leste e a APAE, documento equivalente, com o fito de formalizar tal doação.

No mais, a iniciativa e a competência do Projeto de Lei atende ao disposto no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal.

Assim, recomendo que seja o presente Projeto de Lei encaminhado à Comissão de Justiça e Redação e à Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, a quem cabe analisar acerca de sua pertinência, devendo o mesmo tramitar regularmente.

Desta forma, não encontrando nenhum óbice legal que o impeça e atendida a formalidade mencionada, opino **favoravelmente** ao trâmite regular do presente feito.

É o meu parecer.

Primavera do Leste, 23 de abril de 2021.


Luiz Carlos Rezende
OAB/MT 8987-B
Assessor Jurídico